

COMPANHIA DOCAS DE IMBITUBA

IMBITUBA - SANTA CATARINA
COMPANHIA ABERTA - CNPJ 84.208.123/0001-02

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIOS DE 2011 E 2010

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Docas de Imbituba vem submeter à apreciação dos senhores acionistas as Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes.

OPERAÇÃO PORTUÁRIA

Conforme determinado pela Portaria 381 do Ministério dos Transportes do ano 2001, a empresa exerce exclusivamente a função de Autoridade Portuária, a exemplo do que ocorre nos demais portos brasileiros. A concessão do Porto de Imbituba à CDI se encerrará em 15/12/2012.

DESEMPENHO OPERACIONAL

O movimento de cargas no ano de 2011 foi 20,96% superior ao movimento de cargas de 2010. O volume de carga movimentada e a participação relativa de cada tipo de carga no volume total movimentado nos últimos dois anos foram às seguintes:

DESEMPENHO OPERACIONAL

CARGA	2011	2010	VARIÇÃO	
			ABSOLUTA	RELATIVA
ÁCIDO FOSFÓRICO	43.806	25.469	18.337	72,00%
AÇÚCAR	-	9.982	-9.982	-100,00%
BARRILHA	79.147	66.912	12.235	18,29%
BAUXITA	-	5.500	-5.500	-100,00%
BETUME	-	24.700	-24.700	-100,00%
BOBINAS DE AÇO	853	18.421	-17.568	-95,37%
CARGA PROJETO	-	1.721	-1.721	-100,00%
CAROÇO/ALGODÃO	4.641	-	4.641	100,00%
CETANE	-	1.696	-1.696	-100,00%
CEVADA	-	111.047	-111.047	-100,00%
CLINQUER	127.413	44.001	83.412	189,57%
CONGELADOS	39.039	54.551	-15.512	-28,44%
CONTEINERES	199.640	369.804	-170.164	-46,01%
COQUE	757.102	618.296	138.806	22,45%
FERTILIZANTES	100.691	73.648	27.043	36,72%
GRÃOS	141.287	-	141.287	100,00%
GUINDASTES	2.714	-	2.714	100,00%
HULHA BETUMINOSA	112.434	80.225	32.209	40,15%
MALTE	-	32.816	-32.816	-100,00%
ÓXIDO DE FERRO	361.927	-	361.927	100,00%
PEÇAS EÓLICAS	-	16.627	-16.627	-100,00%
PEÇAS GERADORES	10.672	-	10.672	100,00%
SAL	210.913	161.418	49.495	30,66%
SODA CÁUSTICA	68.245	67.163	1.082	1,61%
SULFATOS	51.017	53.236	-2.219	-4,17%
TRANSFORMADORES	189	-	189	100,00%
TRIGO	-	73.872	-73.872	-100,00%
TOTAL	2.311.730	1.911.105	400.625	20,96%
NAVIOS	192	188	4	2,13%

PARTICIPAÇÃO % NO TOTAL DE CARGAS MOVIMENTADAS

CARGA	2011	2010
ÁCIDO FOSFÓRICO	1,89%	1,33%
AÇÚCAR	-	0,52%
BARRILHA	3,42%	3,50%
BAUXITA	-	0,29%
BETUME	-	1,29%
BOBINAS DE AÇO	0,04%	0,96%
CARGA PROJETO	-	0,09%
CAROÇO/ALGODÃO	0,20%	-
CETANE	-	0,09%
CEVADA	-	5,82%
CLINQUER	5,51%	2,30%
CONGELADOS	1,69%	2,85%
CONTEINERES	8,64%	19,35%
COQUE	32,75%	32,35%
FERTILIZANTES	4,36%	3,85%
GRÃOS	6,11%	-
GUINDASTES	0,12%	-
HULHA BETUMINOSA	4,86%	4,20%
MALTE	-	1,72%
ÓXIDO DE FERRO	15,66%	-
PEÇAS EÓLICAS	-	0,87%

PEÇAS GERADORES	0,46%	-
SAL	9,12%	8,45%
SODA CÁUSTICA	2,95%	3,51%
SULFATOS	2,21%	2,79%
TRANSFORMADORES	0,01%	-
TRIGO	-	3,87%
TOTAL	100,00%	100,00%

ASPECTOS FINANCEIROS

Receita Líquida

Houve um acréscimo de 1,89% na Receita Líquida de 2011 para 2010, que aumentou de R\$ 859 para R\$ 875.

Receitas/Despesas Operacionais

Houve um acréscimo de 73% no saldo negativo de receitas/despesas operacionais de 2010 para 2011, que passou de R\$ 42.541 mil para R\$ 11.588 mil, principalmente em função da provisão de glosas nas tomadas de contas 2011.

Lucro Operacional

A Empresa apresentou em 2011 um prejuízo operacional 65% inferior ao de 2010, baixando de R\$ 42.555 mil para R\$ 14.890 mil.

Com relação à atividade portuária da empresa, as receitas portuárias tiveram um acréscimo de 23,5%, passando de R\$ 32.842 mil em 2010 para R\$ 40.589 mil em 2011. Já as despesas portuárias tiveram um acréscimo 12%, passando de R\$ 27.206 mil em 2010 para R\$ 30.467 mil em 2011.

Contratação de Dragagem

Ao longo de 2011 os serviços de dragagem se limitaram à manutenções de profundidade, serviços auxiliares nas obras marítimas de expansão do Cais 1-2 e na elaboração do Projeto Básico de Dragagem para a dragagem de aprofundamento para obtenção de um calado operacional mínimo de 14,5 metros, obra a ser contratada pela SEP – Secretaria de Portos da Presidência da República, como parte do PAC 2 – Programa de Aceleração do Crescimento 2, do Governo Federal.

A contratação das obras acabou adiada para 2012. As novas profundidades, variando de 15 a 17 metros serão suficientes para atender os maiores navios porta-contêineres que trafegam na costa brasileira. Além de ser a dragagem de menor valor dentre os portos catarinenses, Imbituba é também o porto com capacidade de respostas mais imediatas à crescente demanda de serviços portuários no Sul do Brasil.

Licenças Ambientais

Empresa	Licenças	Emissão	Validade (meses)	Vencimento	Pedido Renovação
CDI	LAI 035/08 (CAIS)	10/07/2008	24	10/07/2012	10/03/2012
	LAO 146/09 (DRAGAGEM)	10/08/2009	48	10/08/2013	10/04/2013
	LAO 5098/11 (PORTO)	23/09/2001	48	23/09/2015	23/05/2015
	LAO 4792/11 (TESC)	23/09/2011	48	23/09/2015	23/05/2015
SEP	LAI 548/12 (DRAGAGEM)	31/01/2012	12	31/01/2013	31/09/2012
AGIL	LAO 008/08	10/01/2008	48	10/01/2012	10/09/2011
CRB	LAO 107/08	16/04/2008	48	16/04/2012	16/12/2011
FERTISANTA	LAO 207/09	12/11/2009	48	12/11/2013	12/07/2013
RL RODRIGUES	LAO 006/09	15/01/2009	48	15/01/2013	15/09/2012
LAUBER	LAO 217/08	11/08/2008	48	11/08/2012	11/04/2012

Investimentos realizados pela CDI em 2011.

Foram realizados R\$ 1.426 mil em investimentos, conforme quadro abaixo:

ITEM	INVESTIMENTOS	ACUMULADO
1	Segurança e Certificação pelo ISPS CODE	975.187,24
1.1	Serviços de vigilância	798.829,93
1.2	Materiais aplicados	176.357,31
2	DRAGAGEM	325.137,16
2.1	SERVIÇOS DRAGAGEM	280.525,04
2.2	MATERIAIS PARA DRAGAGEM	44.612,12
3	OPERACIONAL	125.979,61
3.1	Manutenção de equipamentos	6.285,00
3.2	Manutenção de instalações	28.380,97
3.3	Móveis e utensílios	63.049,00
3.4	Veículos	28.264,64
TOTAL		1.426.304,01

COMPANHIA DOCAS DE IMBITUBA (continuação)**SEGURANÇA INTERNACIONAL**

Código Internacional de Proteção a Navios e Instalações Portuárias (ISPS – Code)
O Porto de Imbituba obteve a “Declaração de Cumprimento – DC” emitida pela CONPORTOS – Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, do Ministério da Justiça por meio da Deliberação nº 119/2007, estando – desde então – plenamente habilitado a movimentar cargas com origem/destino nos países signatários da Convenção SOLAS da Organização Marítima Internacional, da qual o Brasil é signatário.

Lei (EUA) do Bioterrorismo

O Porto de Imbituba está igualmente registrado junto ao órgão de controle de medicamentos e alimentos do governo norte-americano (FDA – Food and Drug Administration), atendendo as exigências da legislação dos Estado Unidos contra bio-terrorismo.

Perspectivas

A licitação para Arrendamento do Terminal de Fertilizantes e de Ração Animal foi realizada em 14/04/2011 e a empresa FERTISANTA Fertilizantes Santa Catarina Ltda. foi declarada vencedora. O contrato, entretanto, somente viria a ser assinado no início de 2012, em face dos entendimentos para encerramento de contratos anteriores envolvendo as instalações arrendadas, com acompanhamento pela ANTAQ.

Os arrendamentos, através de licitação pública, por 25 anos (renovável por mais 25 anos) de outros terminais (de granéis líquidos, por exemplo) encontram-se em fase de estudo de viabilidade.

Dentre as principais obras realizadas foi concluída a recuperação emergencial do **Molhe de Abrigo**, sob a responsabilidade do 10º BEC – Batalhão de Engenharia e Construções do Exército Brasileiro, através de convênio direto com o DNIT - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes do Ministério dos Transportes.

Concluídas também as obras de extensão e reforço dos Cais 1 e 2, agora com 660 metros e que terão berços com calados de 14,5 metros após a dragagem prevista para o primeiro semestre de 2012.

A concessão portuária da Cia Docas de Imbituba termina em Dezembro de 2012. A sua

administração buscando a sua continuidade, planeja e diversificação de suas atividades e a sua transformação em um conglomerado empresarial com atividade em diversos segmentos. A implementação deste plano já iniciou com a aquisição da Zimba Operadora Portuária e Logística S.A. e suas controladas (CTI – Criciúma Terminal Intermodal Ltda. e TPI – Terminal Privativo de Imbituba S/A) e Imbituba Empreendimentos e Participações S/A. A Administração da Companhia mantém o seu plano da a incorporação de outros ativos, em diferentes áreas, tais como:

- Empresa de Logística.
- Transportes de Cabotagem.
- Terminais de retaguarda.
- CD's / EADIS / RESEX / CLIA.

Os administradores dando prosseguimento a estratégia definida, através de Bancos Brasileiros em prospecção no exterior, identificaram investidores com interesse na área portuária Brasileira. Os primeiros contatos foram muito frutíferos, demonstrando as partes grande vontade em sua realização, estes valores poderão vir como empréstimos ou subscrição de capital social nas empresas acima citadas.

Outros negócios estão em avaliação, para serem incorporados a Companhia.

Auditoria Externa

Em conformidade com o disposto na Instrução CVM nº 381, informamos que os auditores independentes da Companhia VGA & VALÉRIO MATOS Auditores Independentes, não prestam outros serviços que não os relacionados com auditoria externa durante o exercício de 2011.

Agradecimentos

Manifestamos nossos agradecimentos aos acionistas e funcionários, usuários, fornecedores, instituições financeiras e demais parceiros de negócios.

Imbituba, 29 de março de 2012.

Nilton Garcia de Araújo

Diretor Presidente e de Relações com Investidores

José Manoel Joaquim

Diretor

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010.

Pela Legislação Societária

A T I V O	2011	2010	2011 CONSOLIDADO
CIRCULANTE	5.192.977,72	3.696.210,94	7.495.673,20
DISPONÍVEL	1.973.665,64	407.412,13	2.036.792,92
Caixa/Bancos c/Movimento	1.966.500,90	396.576,35	2.029.628,18
Títulos de Liquidez Imediata	7.164,74	10.835,78	7.164,74
VALORES A RECEBER	3.205.607,47	3.274.186,07	5.444.925,59
Contas a Receber - Usuários	1.586.037,63	1.220.061,74	1.586.037,63
Adiantamentos.	1.407.769,84	1.032.324,33	2.045.442,87
Outros Valores a Receber	211.800,00	1.800,00	1.707.600,00
Imps e Contr a Compensar/Recup.	-	-	105.845,09
Adiantamento para Compra Ativo	-	1.020.000,00	-
ESTOQUE	8.689,68	8.474,37	8.689,68
Almoxarifado..	8.689,68	8.474,37	8.689,68
DESP. ANTECIPADAS	5.014,93	6.138,37	5.265,01
Prêmios de Seguros	5.014,93	6.138,37	5.265,01
NÃO CIRCULANTE	256.854.133,58	85.262.659,81	261.754.673,27
REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	34.557.129,45	59.973.965,15	37.250.690,36
Resultados a Compensar.	-	101.104.526,88	-
Glosas em Litígio	-	(72.727.542,51)	-
Depósitos Judiciais.	4.914.774,39	4.106.853,50	7.320.405,46
Crédito com Terceiros.	480.661,71	480.661,71	768.591,55
Adiantamento p/Compra de Ativo.	882.800,00	882.800,00	882.800,00
Contas a Receber de Usuários	155.965,19	155.965,19	155.965,19
Crédito Liquidação Duvidosa	(1.519.426,90)	(1.533.259,14)	(1.519.426,90)
Outros Créditos.	-	13.832,24	-
Despesas Custos a Apropriar	29.642.355,06	27.490.127,28	29.642.355,06
INVESTIMENTOS	198.060.128,00	14.244,24	0,00
Em Controladas...	198.060.128,00	-	-
Outras Participações.	-	14.244,24	-
IMOBILIZADO	23.600.769,45	24.038.001,80	25.807.747,23
Bens da Empresa	1.701.605,78	1.611.672,54	4.205.351,09
Bens Processo de Incorporação	23.096.962,85	23.546.962,85	23.096.962,85
Deprecs/Amortizs Acumuladas	(1.197.799,18)	(1.120.633,59)	(1.494.566,71)
INTANGÍVEL	636.106,68	1.236.448,62	198.696.235,68
Capitais de Concessão.	7.283.150,27	7.283.150,27	7.283.150,27
Fundo de Amortização.	(6.647.043,59)	(6.046.701,65)	(6.647.043,59)
Ágio por Expect. Rentab Futura..	-	-	198.060.129,00
TOTAL DO ATIVO	262.047.111,30	88.958.870,75	269.250.346,47

PASSIVO	2011	2010	2011 CONSOLIDADO
CIRCULANTE	69.247.821,88	60.324.223,21	77.175.893,42
Contas a Pagar.	5.893.576,82	24.637,49	17.196.956,16
Financiamentos	16.294.375,89	17.214.815,11	16.518.445,11
Folhas a Pagar.	1.535.802,67	2.113.071,02	1.568.796,93
Fornecedores...	6.018.583,79	7.077.928,66	6.082.663,40
Contrib. Sociais a Recolher	11.664.853,45	10.895.143,48	11.682.055,81
Impostos e Taxas a Recolher	6.710.799,87	5.080.060,18	7.508.012,65
Dividendos a Pagar.	48.127,86	48.127,86	48.127,86
Faturamento Taxas Portuárias	5.815.217,88	4.672.466,22	5.815.217,88
Depósito de Garantia c/Usuários	10.755.617,62	10.895.035,25	10.755.617,62
Antecipações Contratuais	-	2.302.937,94	-
Provi P/ Cob Patrº a descoberto.	4.510.866,03	-	-
NÃO CIRCULANTE	89.875.624,25	101.196.849,34	92.223.894,88
Fornecedores.	-	214.525,78	-
Imp. e Taxas a Recolher/Parc	-	98.802,45	-
Remuneração Recursos do FPN	92.845,79	81.443,59	92.845,79
Adiantº p/Compra de Ativo.	12.944.211,35	13.513.446,34	12.944.211,35
Parcelamento INSS.	2.707.915,30	2.247.142,13	2.707.915,30
Crédito Trib. em Compensação.	-	2.178.083,05	-
Empréstimos e Financiamentos..	105.261,94	4.601.961,48	617.945,29
Passivos Contingentes.	19.099.277,94	17.013.848,99	19.099.277,94
Depósitos Judics e Contratuais.	4.914.774,39	4.106.853,50	4.914.774,39
INSS Exigibilidade Suspensa.	21.110.182,45	19.284.780,04	21.110.182,45
Parcelamento Exc/Lei 11.941	9.409.797,09	4.317.308,05	9.440.399,31
Antecipações Contratuais	-	33.538.653,94	-
Resultados a Compensar.	19.491.358,00	-	19.491.358,00
Contas a Pagar	-	-	1.804.985,06
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	102.923.665,17	(72.562.201,80)	99.850.558,17
Capital Social.	201.238.181,72	11.238.181,72	201.238.181,72
Correc. Monetária do Capital.	2.972,81	2.972,81	2.972,81
Capital Realizado Atualizado.	201.241.154,53	11.241.154,53	201.241.154,53
Reservas de Capital.	2.951.416,01	2.951.416,01	2.951.416,01
Prejuízos Acumulados.	(101.268.905,37)	(86.754.772,34)	(101.268.905,37)
Patrº Líquido - Acionista Controlador.			102.923.665,17
Patrº Líquido - Acionistas Não Controladores			(3.073.107,00)
TOTAL DO PASSIVO	262.047.111,30	88.958.870,75	269.250.346,47

COMPANHIA DOCAS DE IMBITUBA (continuação)
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010.

Pela Legislação Societária

	Capital Realizado Atualizado			Ações em Tesouraria	Prejuízos Acumulados	Patrº Líquido	Patrº dos Não Controladores	PL Consolidado
	Capital Social	CM Capital	Res Cap e Incent Fiscais					
SALDOS EM 31/12/09	11.238.181,72	2.972,81	2.951.416,01	(7,38)	(44.199.241,22)	(30.006.678,06)	-	(30.006.678,06)
AUMENTO CAPITAL - AGO.	-	-	-	-	-	-	-	-
PREJUÍZO LÍQUIDO EXERCÍCIO	-	-	-	-	(42.555.523,74)	(42.555.523,74)	-	(42.555.523,74)
DISTRIB. PROPOSTA AGO	-	-	-	-	-	-	-	-
RECUPERAÇÃO DESPESAS	-	-	-	-	-	-	-	-
DIVID. (R\$ 0,00 POR AÇÃO)	-	-	-	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31/12/10	11.238.181,72	2.972,81	2.951.416,01	(7,38)	(86.754.764,96)	(72.562.201,80)	-	(72.562.201,80)
AUMENTO CAPITAL - AGO.	190.000.000,00	-	-	-	-	190.000.000,00	-	190.000.000,00
RECUPERAÇÃO DESPESAS	-	-	-	-	-	-	-	-
PREJUÍZO LÍQUIDO EXERCÍCIO	-	-	-	-	(14.514.133,03)	(14.514.133,03)	-	(14.514.133,03)
PART ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	-	-	-	-	-	-	(3.073.107,00)	(3.073.107,00)
SALDOS EM 31/12/11	201.238.181,72	2.972,81	2.951.416,01	(7,38)	(101.268.897,99)	102.923.665,17	(3.073.107,00)	99.850.558,17

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010**

	2011	2010	2011 CONSOLIDADO
RECEITA BRUTA VENDAS SERVIÇOS	875.893,36	859.647,41	927.777,36
REMUN S/CAPS CONCESSÃO	875.893,36	859.647,41	927.777,36
RECEITA LÍQ VENDAS SERVIÇOS	875.893,36	859.647,41	927.777,36
CUSTO SERVS VENDIDOS..	-	-	(230.870,02)
LUCRO BRUTO..	875.893,36	859.647,41	696.907,34
DESPESAS OPERACIONAIS..	(3.712.890,48)	(4.101.664,18)	(5.990.685,77)
Gerais e Administrativas	(1.673.705,61)	(2.462.609,57)	(2.999.997,58)
Encargos Financeiros	(2.039.184,87)	(1.639.054,61)	(2.990.688,19)
CONTRIB SOCIAL S/O LUCRO	-	-	-
RES. EQUIVAL PATRIMONIAL	-	-	-
RECEITAS FINANCEIRAS..	320.320,88	270.078,65	369.468,69
PROVISÃO GLOSAS EM LITÍGIO	(9.070.998,15)	(39.568.673,53)	(9.070.998,15)
PREJUÍZO OPERACIONAL..	(11.587.674,39)	(42.540.611,65)	(13.995.307,89)
OUTRAS RECEITAS	1.625.631,63	206.626,28	1.625.631,63
OUTRAS DESPESAS .	(4.552.090,27)	(221.538,37)	(4.552.090,27)
PREJUÍZO ANTES I. DE RENDA	(14.514.133,03)	(42.555.523,74)	(16.921.766,53)
PROVISÃO PARA I. DE RENDA..	-	-	-
PARTICIPAÇÕES	-	-	-
Administradores..	-	-	-
PREJUÍZO LÍQ DO EXERCÍCIO..	(14.514.133,03)	(42.555.523,74)	(16.921.766,53)
PARTICIPAÇÃO CONTROLADORA..	-	-	(14.514.133,03)
PARTIC. NÃO CONTROLADORES..	-	-	(2.407.633,50)
PREJUÍZO POR AÇÃO (R\$)..	(0,08)	(0,71)	(0,08)

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e de 2010. - Método Indireto**

Pela Legislação Societária

	2011	2010	2011 CONSOLIDADO
Descrição da Conta			
Caixa Líquido Atividades Operacionais .	14.669.209,27	3.135.890,10	23.122.070,81
Caixa Gerado nas Operações	(13.836.625,50)	(41.950.688,03)	(14.774.496,95)
Prejuízo líquido do período	(14.514.133,03)	(42.555.523,74)	(16.921.766,53)
Depreciações e amortizações	677.507,53	604.835,71	727.229,85
Resultado Apurado Antes Aquisições	-	-	1.420.039,73
Variações nos Ativos e Passivos .	28.505.834,77	45.086.578,13	37.896.567,76
Varição Contas a Receber	(365.975,89)	(306.236,36)	(467.791,19)
Varição Outros Créditos	434.554,49	(1.612.591,22)	434.554,49
Varição Estoques .	(215,31)	2.465,56	(215,31)
Varição Despesas antecipadas	1.123,44	523,38	1.123,44
Variações Realizável a Longo Prazo	25.416.835,70	41.884.108,55	24.952.418,80
Varição Fornecedores	(1.059.344,87)	935.903,69	(995.265,26)
Varição Impostos e contribs recolher	2.400.449,66	8.376.518,03	3.214.864,80
Varição Folha a Pagar	(577.268,35)	(253.810,24)	(544.274,09)
Varição Adiantamentos de clientes	(139.417,63)	1.548.992,24	(139.417,63)
Varição Outras contas pagar	9.219.619,08	499.770,10	18.566.700,41
Varição Exigível a Longo Prazo	(6.824.525,55)	(5.989.065,60)	(7.126.130,70)
Caixa Líq Atividades Investimentos	(197.685.817,00)	(1.429.658,56)	(197.686.227,00)
Investimento	(198.045.883,76)	-	-
Imobilizado	360.066,76	(1.429.658,56)	359.656,76
Intangível..	-	-	(198.045.883,76)
Caixa Líquido Ativs Financiamento	184.582.861,24	(1.895.961,81)	176.149.672,83
Empréstimos e financiamentos	(5.417.138,76)	(1.895.961,81)	(13.850.327,17)
Aumento de Capital	190.000.000,00	-	190.000.000,00
Aumento(Redução) Caixa/Equivalentes	1.566.253,51	(189.730,27)	1.585.516,64
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	407.412,13	597.142,40	451.276,28
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.973.665,64	407.412,13	2.036.792,92

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e de 2010.

Pela Legislação Societária

	2011	2010	2011 CONSOLIDADO		2011	2010	2011 CONSOLIDADO
Receitas	875.893,36	859.647,41	927.777,36	Vlr Adicionado Recebid em Transferência	1.945.952,51	476.704,93	1.995.100,32
Vendas Mercadorias, Produtos e Serviços	875.893,36	859.647,41	927.777,36	Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	-
Outras Receitas	-	-	-	Receitas Financeiras	320.320,88	270.078,65	369.468,69
Provisão/Rev. Créds. Liquidação Duvidosa	-	-	-	Outros	1.625.631,63	206.626,28	1.625.631,63
Insumos Adquiridos de Terceiros	(5.441.777,65)	(2.610.956,37)	(6.943.913,24)	Valor Adicionado Total a Distribuir	(11.768.095,52)	(40.910.652,95)	(13.201.598,92)
Materiais consumidos	-	-	-	Distribuição do Valor Adicionado	(11.768.095,52)	(40.910.652,95)	(13.201.598,92)
Energia, servs de terceiros, e outras desp. operacionais	(5.441.777,65)	(2.610.956,37)	(6.713.043,22)	Impostos, Taxas e Contribuições	706.852,64	5.816,18	729.479,42
Outros custos de produtos e serviços vendidos	-	-	(230.870,02)	Federais	706.852,64	5.816,18	729.479,42
Valor Adicionado Bruto	(4.556.884,29)	(1.751.308,96)	(6.016.135,88)	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.039.184,87	1.639.054,61	2.990.688,19
Retenções	(9.148.163,74)	(39.636.048,92)	(9.180.563,36)	Juros	2.039.184,87	1.639.054,61	2.990.688,19
Depreciação, Amortização e Exaustão	(77.165,59)	(67.375,39)	(109.565,21)	Remuneração de Capitais Próprios	(14.514.133,03)	(42.555.523,74)	(16.921.766,53)
Outras	(9.070.998,15)	(39.568.673,53)	(9.070.998,15)	Lucros Retidos / Prejuízo do Exercício	(14.514.133,03)	(42.555.523,74)	(16.921.766,53)
Valor Adicionado Líquido Produzido	(13.714.048,03)	(41.387.357,88)	(15.196.699,24)	Valor Adicionado Distribuido	(14.514.133,03)	(42.555.523,74)	(16.921.766,53)

COMPANHIA DOCAS DE IMBITUBA (continuação)

**DEMONSTRAÇÃO DA EXPLORAÇÃO PORTUÁRIA
NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010.**

	Pela Legislação Societária	
	2011	2010
RENDA DOS SERVIÇOS PORTUÁRIOS	40.588.808,85	32.842.195,65
TARIFA PORTUÁRIA..	38.553.547,00	30.912.375,73
EXTRA TARIFÁRIA..	2.035.261,85	1.929.819,92
CUSTEIO DOS SERVIÇOS PORTUÁRIOS	30.466.722,87	27.205.594,77
DESPESAS DE EXPLORAÇÃO..	29.341.872,11	26.096.989,96
QUOTA DE AMORTIZAÇÃO	237.555,20	237.555,20
REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO CAPITAL DE CONCESSÃO.	875.893,36	859.647,41
DOS RECURSOS DO F.P.N.	11.402,20	11.402,20
RESULTADO DO PERÍODO	10.122.085,98	5.636.600,88
RESULTADO A COMPENSAR NO PERÍODO..	10.122.085,98	5.636.600,88
RESULTADO A COMPENSAR ANTERIOR..	(28.376.984,37)	(72.584.767,85)
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS		98.663,75
GLOSAS EM LITÍGIO..	9.070.998,15	39.568.673,53
AJUSTE A VALOR PRESENTE..	28.675.258,24	(1.096.154,68)
RESULTADO A COMPENSAR ATUAL.	19.491.358,00	(28.376.984,37)

**IMOBILIZAÇÕES DO PORTO DE IMBITUBA SOB CONCESSÃO
NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010.**

	Pela Legislação Societária	
	2011	2010
A T I V O	52.601.975,29	33.110.552,99
ATIVO FINANCEIRO	19.491.422,30	-
BB SA. FUNDO DE DEPRECIÇÃO DE RESULTADOS A COMPENSAR	64,30	-
	19.491.358,00	-
ATIVO PERMANENTE	33.110.552,99	33.110.552,99
BENS MÓVEIS E IMÓVEIS		
INVERSÕES DA UNIÃO	2.280.439,87	2.280.439,87
INVERSÕES DA CONCESSIONÁRIA	30.830.113,12	30.830.113,12
P A S S I V O	52.601.975,29	33.110.552,99
PASSIVO FINANCEIRO	30.830.113,12	59.207.097,49
CRÉDITOS DA CONCESSIONÁRIA POR INVERSÕES DO PORTO DE RESULTADOS A COMPENSAR	30.830.113,12	30.830.113,12
	-	28.376.984,37
SALDO PATRIMONIAL	21.771.862,17	(26.096.544,50)
PASSIVO REAL LÍQUIDO	21.771.862,17	(26.096.544,50)

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 31 DE DEZEMBRO DE 2010.

1. Contexto operacional

A Companhia Docas de Imbituba tem por objeto social a exploração de serviços portuários no Porto de Imbituba e atividades relacionadas. A exploração destas atividades portuárias foi concedida a Companhia pelo Decreto 7.842 de 13 de setembro de 1941, cujos efeitos passaram a vigorar em 1942, pelo período de 70 anos.

Na condição de entidade concessionária, em conformidade com o Decreto de Concessão, a Companhia é a responsável pela gestão das atividades de exploração do porto, bem como pelos investimentos em equipamentos e obras (capitais de concessão) para o aparelhamento necessário ao embarque e desembarque de mercadorias. Sua remuneração é determinada com base no resultado dessas atividades e nos capitais de concessão.

O decreto prevê ainda que as atividades de exploração portuária, compreendendo as rendas de serviços portuários e custeio dos serviços portuários (despesas de exploração, amortização, remuneração do capital de concessão e fundos), sejam registradas em contas próprias, segregadas das contas de receitas e despesas da Companhia e apresentadas em quadro específico denominado "Demonstração da exploração portuária". Da mesma forma, os investimentos em equipamentos e obras necessários às atividades portuárias, capitais de concessão, são registrados em contas próprias, destacadas do imobilizado da Companhia. O conjunto dessas contas deve ser submetido, anualmente, à análise do Ministério dos Transportes, através do processo de tomada de contas. Esse processo é regulamentado pelo Decreto 74.619 de 26 de setembro de 1974, que aprova as Instruções para Tomada de Contas dos Concessionários de Portos Organizados. O resultado da exploração da atividade portuária, uma vez concluído o processo de tomada de contas, se traduzirá em um valor a pagar ou a receber da União, na medida em que for superavitário ou deficitário. Uma vez homologado pelo Ministério dos Transportes, o capital de concessão integrará a base de remuneração da Companhia.

O resultado das atividades portuárias é refletido nas demonstrações contábeis da Companhia na rubrica de "Conta de resultados a compensar", detalhada na nota explicativa nº 5.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como, as normas específicas para concessionárias de serviços públicos (portos) emanadas pelo poder concedente.

2.1 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas são compostas pelas demonstrações contábeis da Companhia Docas de Imbituba e suas controladas, como segue:

Controlada	% de Participação
Zimba Operadora Portuária e Logística S.A.	100
Imbituba Empreendimentos e Participações S.A	51
Union Trade S.A	100

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei nº 6.404/76, com as alterações previstas na Lei nº 11.638/07 e na Lei nº 11.941/09, como segue:

- As controladas são incluídas na consolidação a partir da data de sua aquisição;

- Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes dos negócios entre as empresas incluídas na consolidação;
- Eliminação dos investimentos nas empresas controladas na proporção dos seus respectivos patrimônios;
- Eliminação das receitas e despesas decorrentes de negócios com as empresas incluídas na consolidação;
- Uniformização das práticas contábeis e dos procedimentos utilizados pelas empresas incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas com aqueles adotados pela controladora.

3. Principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

O resultado da Companhia é apurado pelo regime de competência dos exercícios. O resultado da Exploração Portuária é apurado na medida em que ocorre sua efetiva realização financeira. Enquanto não realizadas, a fim de atender ao regime de competência dos exercícios, são registradas como segue:

- Receitas: passivo circulante rubrica receitas portuárias a apropriar, com contrapartida no ativo circulante, contas a receber exploração portuária.
- Despesas: ativo circulante/realizável a longo prazo, rubrica despesas de exploração portuária a apropriar, com contra partida no passivo circulante/não circulante, rubrica de contas a pagar exploração portuária.

b) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição, inferiores a seus valores de realização.

c) Investimentos

Os investimentos são registrados ao custo de aquisição, de acordo com Laudos Técnicos do Banco Fator S.A. - São Paulo, estando sujeito a teste de recuperabilidade anualmente ou sempre que indícios indicarem eventual perda de valor econômico.

d) Imobilizado

As contas do ativo imobilizado são registradas pelo custo de aquisição ou formação, atualizados monetariamente até 31 de dezembro de 1995. Sobre os capitais de concessão é calculada amortização, a taxas determinadas em função do período de concessão. Sobre os bens da empresa é calculada depreciação a taxas que levam em consideração a vida útil dos correspondentes bens.

e) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos circulantes e não circulantes, quando aplicável, são reduzidos a seus valores prováveis de realização mediante a constituição de provisões. Os passivos circulantes e não circulantes, quando indexados, são atualizados monetariamente e incluem os encargos incorridos.

4. Despesas de exploração portuária a apropriar

Conforme descrito na nota explicativa n.º 3, as obrigações relacionadas à exploração da atividade portuária ainda não realizadas financeiramente, são registradas com contrapartida de despesas de exploração portuária a apropriar. Os principais custos e despesas a

COMPANHIA DOCAS DE IMBITUBA (continuação)

incurrer, relacionados à atividade portuária são a seguir demonstrados:

Em R\$ mil

	31/12/2011	31/12/2010
Contingências cíveis	12.503	10.627
Cont. fiscais e tributárias	3.662	4.046
Cont. trabalhistas e previdenciários	2.117	2.340
Obrigações tributárias e fiscais	397	874
Obrigs. trabalhistas previdenciárias	420	-
Provisão de férias	532	465
Outros valores	9.498	7.938
Compl. Aposent. – Del. CVM 371	513	1.200
Total	29.642	27.490

5. Conta de resultados a compensar - CRC

Conforme descrito na nota explicativa n.º 1, a conta de resultados a compensar corresponde aos resultados anualmente gerados pela atividade portuária, que estão sujeitos a validação pelo Ministério dos Transportes através do processo de tomada de contas, e será uma das contas a serem consideradas na negociação com a União ao final do período de concessão.

A composição de resultados a compensar é a seguir demonstrada, destacando-se que o Ministério dos Transportes já concluiu o processo de tomadas de contas até o exercício de 2010.

R\$ mil):	Valores históricos	Valores corrigidos
Anteriores a 1994	-175	(52.409)
1994	-3.454	(25.206)
1995	-3.910	(23.295)
1996	-6.235	(33.220)
1997	-6.624	(34.464)
1998	-5.549	(27.561)
1999	-8.688	(42.148)
2000	-10.762	(47.922)
2001	-15.384	(60.543)
2002	-20.339	(72.169)
Glosas União-1994 a 97	2.663	9.430
2003	-19.144	(50.751)
Glosas litígio 1998 a 2003	19.784	52.445
2004	-10.404	(23.754)
Glosas litígio 2004	5.321	12.097
Reversão de Glosas 2004	-892	(2.037)
2005	-9.961	(19.012)
2005 Aj. Exerc. Ant.	3.699	7.094
Glosas em Litígio 2005	1.254	2.404
2006	-14.211	(24.079)
Glosas em Litígio 2006	3.541	5.999
2007	-11.479	(17.389)
2007 Aj. Ex. Anteriores	254	385
Glosas em Litígio 2007	4.159	6.309
2008	-62.137	(83.694)
2008 Aj. Ex. Anteriores	18.312	24.665
Glosas em Litígio 2008	39.569	48.486
2009	989	1.212
2010 Aj. Ex. Anteriores	98	98
Aj. VP contratos	104.366	104.366
2010	5.637	5.637
Glosas em Litígio 2010	9.071	9.071
2011	10.122	10.253
TOTAL	19.491	-339.702

Os valores atualizados foram apurados com base na variação da taxa Selic até 12/2011. A conta de resultados a compensar pode sofrer alterações em seu saldo, na medida em que os recursos impetrados pela Companhia sejam aceitos pelo poder concedente. Por prudência já reconhecemos no resultado da Companhia e conseqüentemente em seu patrimônio líquido os valores das glosas efetuadas relativas ao período de 1998 a 2010. Do saldo histórico, foram efetuadas provisões para glosas em litígio no valor de R\$ 82 milhões, relativas às glosas efetuadas nas tomadas de conta dos exercícios de 1998 a 2010. Todas as glosas mencionadas são objeto de recurso junto a Diretoria Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ. Até o momento da emissão destas demonstrações contábeis, o Poder Concedente não havia se pronunciado sobre os recursos impetrados pela empresa quanto as Glosas nas Tomadas de Contas dos exercícios de 1998 a 2010.

6. Investimentos

Em R\$	31/12/2011	31/12/2010
Zimba Oper. Port. E Log. S/A.	162.195	
Imbituba Empreendimentos e Participações SA.	35.866	
Union Trade SA.		
Embraer		1
Imbituba Administração Zona de Processamento de Exportações		13
Total	198.061	14

Agio por Expectativa de Rentabilidade Futura

O ágio por expectativa de rentabilidade futura, sem prazo de vida útil definida, foi estimado de acordo com Laudos Técnicos do Banco Fator SA. – São Paulo, estando sujeito a teste de recuperabilidade anualmente ou sempre que indícios indicarem eventual perda de valor econômico

7. Imobilizado**a) Intangível - Capitais de Concessão**

A conta de Capitais de concessão, no valor de R\$ 7.283 mil, representa os investimentos já efetuados pela Companhia necessários à exploração da atividade portuária, que já foram homologados pelo Poder Concedente. Os valores relativos a estes investimentos são amortizados conforme “Contrato de Concessão” até o prazo final do referido contrato, ou seja, 15 de dezembro de 2012. Ao longo do período de concessão, diversos desses investimentos tornaram-se obsoletos e deterioraram-se tendo sido, em função disso, baixados fisicamente e/ou alienados pela Companhia. Contudo, essas baixas não foram registradas contabilmente, uma vez que não há previsão para reduções no Capital de concessão. Saldo em 31/12/2011. R\$ 64,30. Conforme descrito na nota explicativa n.º 1, a conta de Capitais de Concessão está sujeita a validação pelo Ministério dos Transportes através do processo de Tomada de Contas, e será uma das contas a serem consideradas na negociação com a União, ao final do período de concessão. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização e de eventual provisão para ajustá-los a seus prováveis valores de realização, quando necessário. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados levando em conta o prazo de concessão do Porto de Imbituba (70 anos).

b) Bens em processo de incorporação

A conta de bens em processo de incorporação representa os investimentos necessários à exploração da atividade portuária que ainda não foram homologados pelo Poder Concedente. O atraso na homologação acarreta na não inclusão destes valores nos cálculos de remuneração da Companhia e, na não apuração da amortização destes Capitais de concessão adicionais. No exercício de 2011 houve baixa de R\$ 450 e não houve investimentos, saldo em 31/12/2011 R\$ 23.096 mil.

c) Bens Penhorados

Estão penhorados pela Receita Federal e INSS, em garantia de pendências jurídicas (Finsocial e Contribuições Previdenciárias), os seguintes bens:

- (i) 4 (quatro) lotes de terreno no valor de R\$ 95 (bens próprios);
- (ii) 4 (quatro) casas de alvenaria no valor de R\$ 405 (bens próprios);
- (iii) Equipamentos no valor de R\$ 2.500 mil (bens união); e,
- (iv) Terrenos do ex-acionista controlador no valor de R\$ 12.500 mil.

Com os pagamentos de impostos e contribuições efetuados pela CDI, alguns destes bens penhorados estão em processo de liberação. Os demais serão liberados com a quitação dos Parcelamentos (INSS e Novo Refis).

d) Efeitos da Lei 11.638/2007

Os bens da Companhia e do Porto de Imbituba não estão registrados por valor superior ao de realização. As amortizações dos bens da concessão são realizadas de acordo com as normas do contrato de concessão.

8. Empréstimos e financiamentos**a) Circulante**

Em R\$ mil	31/12/2011	31/12/2010
Financiadores		
Banco Fator – São Paulo	15.171	16.264
Bradesco – Imbituba	361	
Outras instituições não financeiras	762	951
Total	16.294	17.215

b) Não Circulante

Em R\$ mil	31/12/2011	31/12/2010
Financiadores		
Banco Fator – São Paulo	-	4.473
Outras instituições não financeiras	105	129
Total	105	4.602

COMPANHIA DOCAS DE IMBITUBA (continuação)

As principais características dos empréstimos e financiamentos com instituições financeiras são:

Em R\$ mil				
Financiadores	Modalidade	Vencimento	Taxa de juros (am)	Garantias
BANCO FATOR	Empréstimo	09/04/2012	Pré-fixada 21,5% aa	Penhora de Direitos Creditórios – Faturas Servs Santos Brasil - Tecon
BRDESCO	Empréstimo C. G.	16/11/2012	Pré-fixada 32,15% aa	Sem Garantias – Somente Aval

Parte (R\$ 750) do saldo atualizado com outras instituições refere-se a contratos de empréstimos com três pessoas físicas. A exemplo de outros contratos anteriores que foram renegociados e pagos esses contratos estão sendo renegociados.

9. Impostos, taxas e contribuições a recolher**a) Passivo circulante**

Corresponde ao saldo a pagar de impostos, taxas e contribuições correspondentes a diversos períodos, vencidos e não pagos. Esses valores, atualizados e acrescidos dos correspondentes encargos, são a seguir compostos:

Em R\$ mil		
	31/12/2011	31/12/2010
IRRF	557	422
PIS a recolher	548	879
NOVO REFIS LEI 11.941/PAEX	2.404	1.349
FUNDO DEPRECIACÃO A RECOLHER	196	196
Outros	3.006	2.234
Total	6.711	5.080

b) Não Circulante

Os saldos de parcelamento de contribuições e obrigações sociais, classificados no exigível a longo prazo, têm a seguinte composição:

Em R\$ mil		
Parcelamentos	31/12/2011	31/12/2010
IRRF	-	99
NOVO REFIS LEI 11.941/PAEX	9.410	4.317
INSS	2.708	2.247
Total	12.118	6.663

c) Impostos compensados

Em R\$ mil		
	31/12/2011	31/12/2010
INSS	-	488
PIS	-	930
Finsocial	-	735
INSS – Recuperado	-	24
Total	-	2.177

Correspondia ao saldo de impostos e contribuições a pagar que foram compensados com valores recolhidos a maior, em decorrência dos efeitos dos processos judiciais nºs 94.00482710, 96.00017050, 96.0001218-0 e 98.00016651.

d) INSS com exigibilidade judicial suspensa

Em R\$ mil		
	31/12/2011	31/12/2010
INSS compets 07/2004 a 06/2006	2.654	2.411
INSS CDF'S (*)	16.576	15.155
INSS NFLD 35.516.103-6	1.881	1.718
Total	21.111	19.284

(*) N°s 557263131; 557820430; 600360628; 6003611100; 601085892; 601352238.

10. Obrigações trabalhistas, previdenciárias e com Cofins.

Os saldos referentes aos encargos sociais e previdenciários correspondem a diversos períodos e estão vencidos e não pagos. Os valores foram atualizados e acrescidos dos correspondentes encargos:

Em R\$ mil		
	31/12/2011	31/12/2010
Cofins a Recolher	2.666	4.059
Salários	391	352
Complementação de aposentadoria	100	97
Provisão de férias	532	465
INSS	1.537	2.521
INSS – parcelamento	6.919	3.927
INSS (11%) – terceiros	483	50
FGTS	60	29
Plano compl. aposent. – Del. CVM 371	513	1.200
Outros valores	-	309
Total	13.201	13.009

11. Adiantamento para a compra de ativos

Refere-se a valor ação ajuizada em 1996, decorrente da rescisão de contrato entre a Companhia Docas e a empresa que disponibilizou os recursos para a compra de ativos. De acordo com os consultores jurídicos da empresa é provável a perda desta ação. Valor contábil do débito monta R\$ 12.944 mil em 31/12/2011. Porém, é possível a diminuição do valor do débito conforme consta nos autos da ação 030.98.000761-5 que fixa valor da causa em R\$ 1.845 mil. Descontados os pagamentos já efetuados o saldo corrigido para 31/12/2011 alcança o valor de R\$ 2.474 mil.

12 Passivos contingentes

Em R\$ mil		
Descrição	31/12/2011	31/12/2010
Contingências fiscais	3.662	4.046
Contingências trabalhistas e previdenciários	2.117	2.341
Contingências cíveis	12.503	10.627
Total	18.282	17.014

Foram provisionados os valores referentes a ações, de diversas naturezas, classificadas pelos consultores jurídicos da empresa como de possibilidade remota de ganho ou possível perda.

13. Antecipações Contratuais

Referem-se:

- a) Aos investimentos realizados por conta do Contrato de Arrendamento para a Exploração do Terminal de Granéis Sólidos assinado entre a Companhia e a CRB Operações Portuárias S.A. (empresa do Grupo Votorantin), a serem amortizados pela prestação de serviços até o prazo final da concessão. O prazo do contrato é de 25 anos, prorrogável por igual período. O contrato prevê a movimentação de até 800.000 toneladas ano a partir do 7º ano de contrato. Saldo contrato em 31/12/2011 no passivo circulante R\$ 0 e no passivo não circulante R\$ 0;
- b) Ao contrato de arrendamento de áreas, instalações e equipamentos visando à exploração do Terminal de Carga Geral do Porto de Imbituba, assinado em 13/02/2006 entre a Cia. Docas de Imbituba e a Union Armazenagem e Operações Portuárias SA. com intervenção da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, com prazo de 25 anos podendo ser prorrogado, saldo em 31/12/2011 no passivo circulante R\$ 0 e no passivo não circulante R\$ 0;
- c) Contrato de arrendamento do Terminal de Contêineres do Porto de Imbituba (Concorrência nº 01/2007), com a proposta vencedora da Wedelia Participações S.A. no valor de R\$ 282.143.318,78 (Valor Presente Líquido). Deste valor R\$ 120.000.000,00 foram pagos na assinatura do contrato de arrendamento, sendo utilizado pela CDI para quitação de passivos e investimentos. O restante do valor será concretizado em investimentos pela vencedora ao longo dos 25 anos do prazo contratual. O contrato de arrendamento foi assinado em Brasília, na sede da ANTAQ, depois de cumpridas as formalidades previstas na legislação aplicável no dia 07/04/2008. Saldo contrato em 31/12/2011 no passivo circulante R\$ 0 e no passivo não circulante R\$ 0 mil. Referidos valores foram ajustados a valor presente.

Por determinação da Agência Nacional de Transportes Aquaviário – ANTAQ a Companhia reconheceu o saldo existente em 31/12/2011 na conta de Resultados a Compensar que reflete os resultados da atividade da exploração portuária do Porto de Imbituba, do qual a Companhia tem a Concessão.

14. Patrimônio líquido**Capital social**

O capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 201.238.181,72 representado 175.144.574 ações escriturais, dividido em 145.137.632 ações ordinárias e 30.006.942 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

15. Plano de complementação de aposentadoria – Deliberação - 371 CVM

A companhia mantém um Plano de Complementação de Aposentadoria para funcionários aposentados por tempo de serviço. Esta complementação corresponde à diferença entre os proventos da aposentadoria deferida pelo INSS e o valor do salário-base do portuário ativo, de igual categoria. Este benefício foi fixado em acordo firmado em 1963, entre o Governo Federal e a Federação Nacional dos Portuários, e que posteriormente recebeu manifestações favoráveis da PORTOBRÁS (Empresa de Portos do Brasil S.A.), Ministério dos Transportes e sendo homologada também pelo CISE (Conselho Interministerial de Salários de Empresas Estatais). Apesar de a companhia não ser uma empresa estatal (mas ter suas atividades ligadas a uma categoria regulada pela PORTOBRÁS) houve a necessidade das aprovações por estes órgãos estatais. Foram provisionados em nosso passivo a importância de R\$ 513 mil, referentes aos valores de complementação de aposentadoria, relativos a 59 beneficiários abrangendo o período de janeiro de 2012 até dezembro de 2012, data do final da concessão do Porto de Imbituba para a Companhia Docas de Imbituba. É importante ressaltar que este benefício atinge apenas aos mencionados 58 ex-empregados, não se estendendo a seus herdeiros e ou dependentes, tão pouco se estendendo a novos beneficiários.

16. Prejuízos fiscais

O valor do prejuízo fiscal compensável para efeitos de Imposto de renda R\$ 34.215 mil (R\$ 32.128 mil em 12/2010) e da base de cálculo negativa de Contribuição social é de R\$ 34.130 mil (R\$ 32.043 em 12/2010). O crédito tributário não foi constituído em virtude da pouca expectativa de geração de resultados positivos nos períodos subseqüentes.

17. Provisão para Glosas em Litígio (Ajuste em Prejuízos Acumulados)

Por prudência já reconhecemos no resultado da Companhia e conseqüentemente em seu patrimônio líquido no exercício de 2011 o valor da glosa efetuada pela maioria dos membros da Junta de Tomada de Contas relativa ao exercício 2010, conforme respectiva ata. Foi efetuada provisão no exercício para glosa em litígio no valor de R\$ 9.070.998,15. A referida glosa a exemplo de outros anteriores é objeto de recurso junto a Diretoria Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ.

18. Aumento de Capital (Combinação de Negócios)

O aumento de capital da Companhia destinou-se a captação de recursos para aquisição do controle societário (100%) das ações de emissão da Companhia Zimba Operadora Portuária e Logística S.A. ("Zimba"), aprovada pelo Conselho de Administração em reunião ocorrida em 8 de fevereiro de 2011, pelo preço certo e irrevogável de R\$ 162.194.459,00 (cento e sessenta e dois milhões, cento e noventa e quatro mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais), cujo pagamento foi feito da seguinte maneira: (a) R\$ 2.194.459,00 em dinheiro, por meio de compensação de valor antecipado anteriormente, pela Companhia, aos acionistas de Zimba, vendedores das ações cuja aquisição foi ora aprovada ("Vendedores"); (b) R\$ 80.000.000,00 através da capitalização do crédito desse valor por deliberação do Conselho de Administração de 08 de fevereiro de 2011, dentro do limite do capital autorizado estabelecido no artigo 5º, §2º, do estatuto social, com a emissão de 48.484.848 ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$ 1,65 por ação, fixado com base no critério de cotação de mercado dessa espécie de ação e a sua expectativa de valorização; e (c) o saldo de R\$ 80.000.000,00 também por meio de capitalização do crédito desse valor, com a emissão de outras 48.484.848 ações ordinárias ao mesmo preço de emissão de R\$ 1,65 por ação, fixado também com base no critério de cotação de mercado dessa espécie de ação e a sua expectativa de valorização, cuja efetivação deverá ser levada à deliberação da Assembléia Geral de Acionistas, visto que o valor dessa parcela do preço da aquisição da totalidade das ações de emissão da Zimba excede o limite do capital autorizado contemplado no mesmo artigo 5º, §2º, do estatuto social; (2) Em decorrência da emissão das 48.484.848 ações ordinárias deliberada nos termos do item (b) anterior e da integral subscrição, naquele ato, das novas ações ordinárias mediante a capitalização de crédito detido em face da Companhia, o capital social da Companhia foi aumentado em R\$ R\$ 80.000.000,00, passando a ser de R\$ 91.238.181,72, dividido em 78.470.966 ações ordinárias e 30.006.942 ações preferenciais, todas escriturais e sem valor nominal. As novas ações ordinárias terão os mesmos direitos das ações atualmente existentes e farão jus, em igualdade de condições, a todos os benefícios, inclusive a dividendos e eventuais remunerações de capital que vierem a ser aprovados pela Companhia com base no exercício de 2010. Considerando que a totalidade das ações emitidas por deliberação do Conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado, foi subscrita pelos Vendedores, titulares do crédito capitalizado, esse aumento de capital já se encontra consumado, não havendo necessidade de posterior homologação pela Assembléia Geral. Contudo, o valor do crédito a ser capitalizado que excede o limite do capital autorizado, no montante de R\$ 80.000.000,00, a sua capitalização foi submetida e aprovada na Assembléia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 11 de Março de 2011. Essa aquisição foi deliberada em consonância com plano da Companhia de ampliar suas atividades de modo independente à atividade de administração do Porto de Imbituba, tendo em vista a previsão de que a concessão da administração do Porto de Imbituba se encerra em 2012. Esta operação foi feita com base em Laudo Técnico do Banco Fator S.A. – São Paulo.

19. Aumento de Capital II (Combinação de Negócios)

Em 25 de julho de 2011 foi aprovada, por deliberação dos acionistas presentes, com abstenção da acionista CBP – COMPANHIA BRASILEIRA DE PORTOS S.A., (a) a aquisição de 51% (cinquenta e um por cento) das Ações da empresa IEP – IMBITUBA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A., e 100% (cem por cento) das Ações de UNIONTRADE S.A., pelo valor total de R\$ 35.865.669,00 (trinta e cinco milhões oitocentos e sessenta e cinco mil e seiscentos e sessenta e nove reais), através da emissão de 18.181.818 (dezoito milhões, cento e oitenta e uma mil, oitocentas e dezoito) ações ordinárias ao preço de emissão de R\$ 1,65 (um real e sessenta e cinco centavos) por ação, fixado de acordo com o artigo 170, § 1º, incisos I, II e III, da LSA, com base no valor do patrimônio líquido da ação (PL de R\$ 87.439.626,41 dividido por 156.962.756 ações, o que resulta em R\$ 0,56 por ação), da perspectiva de rentabilidade da companhia e da cotação histórica das ações em Bolsa de Valores, inclusive o valor utilizado em recentes emissões anteriores, representando R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), e o restante, equivalente a R\$ 5.865.669,00 (cinco milhões, oitocentos e sessenta e cinco mil, seiscentos e sessenta e nove reais) em moeda corrente. As novas ações ordinárias terão os mesmos direitos das ações atualmente existentes e farão jus, em igualdade de

condições, a todos os benefícios, inclusive a dividendos e eventuais remunerações de capital que vierem a ser aprovados pela Companhia com base no exercício de 2010. Fica autorizada a Diretoria da Companhia a celebrar todos os instrumentos e a praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações tomadas nesta assembléia, (b) por consequência da emissão das ações deliberada acima, fica aumentado o capital social da Companhia em R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), passando de R\$ 171.238.171,72 (cento e setenta e um milhões, duzentos e trinta e oito mil, cento e setenta e um reais e setenta e dois centavos) para R\$ 201.238.171,72 (duzentos e um milhões duzentos e trinta e um mil cento e setenta e um reais e setenta e dois centavos), dividido em 175.144.574 (cento e setenta e cinco milhões, cento e quarenta e quatro mil, quinhentos e setenta e quatro) ações, das quais 145.137.632 (cento e quarenta e cinco milhões, cento e trinta e sete mil e seiscentos e trinta e duas) ações ordinárias e 30.006.942 (trinta milhões, seis mil, novecentos e quarenta e duas) ações preferenciais, todas escriturais e sem valor nominal. Conforme acordo de acionistas feito entre as empresas Brasportos SA. X Libra SA. permitindo a transferência de ações da IEP SA. Somente entre empresas controladas, sem a necessidade de fazer o exercício de opção de compra. Assim a Brasportos controladora da CDI transferiu a esta as ações que possuía na IEP SA. Esta operação foi feita com base em Laudo Técnico do Banco Fator S.A. – São Paulo.

20. Instrumentos financeiros

A Companhia não opera com instrumentos financeiros. Atítulo informativo demonstramos os saldos de Conta de resultados a compensar ajustados a valor presente pelos seguintes critérios: correção dos saldos pelos índices de INPC, IGPM e IPC, desde a sua origem até 31 de dezembro de 2002, capitalizados a 6% aa e descontados a valor presente a taxa de 12% aa. De 01 de janeiro de 2003 a 31 de dezembro de 2011, foi utilizada a variação da taxa Selic.

21. Término da Concessão de Exploração Portuária

A concessão portuária da Cia Docas de Imbituba termina em Dezembro de 2012. A sua administração buscando a sua continuidade, planeja e diversificação de suas atividades e a sua transformação em um conglomerado empresarial com atividade em diversos segmentos. A implementação deste plano já iniciou com a aquisição da Zimba Operadora Portuária e Logística S.A. e suas controladas (CTI – Criciúma Terminal Intermodal Ltda. e TPI – Terminal Privativo de Imbituba S/A) e Imbituba Empreendimentos e Participações S/A. A Administração da Companhia mantém o seu plano da incorporação de outros ativos, em diferentes áreas, tais como:

Empresa de Logística.
Transportes de Cabotagem.
Terminais de retaguarda.
CD's / EADIS / RESEX / CLIA.

Os administradores dando prosseguimento a estratégia definida, através de Bancos Brasileiros em prospecção no exterior, identificaram investidores com interesse na área portuária Brasileira. Os primeiros contatos foram muito frutíferos, demonstrando as partes grande vontade em sua realização, estes valores poderão vir como empréstimos ou subscrição de capital social nas empresas acima citadas.

Outros negócios estão em avaliação, para serem incorporados a Companhia.

Imbituba, 31 de Dezembro de 2011.

NILTON GARCIA DE ARAÚJO
Diretor - Presidente e Rel. c/ Investidores

JOSÉ MANOEL JOAQUIM
Diretor

GERALDO LUIZ SPECK MIRANDA
Contador CRC/SC 14511

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Ilustríssimos Senhores
Administradores e Acionistas da Companhia Docas de Imbituba
Imbituba – SC

Examinamos as demonstrações contábeis da **Companhia Docas de Imbituba**, (Controladora e Consolidado), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e dessas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis

COMPANHIA DOCAS DE IMBITUBA (continuação)

livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Conforme descrito nas notas explicativas nºs 1 e 5, a Companhia explora por concessão da União o Porto de Imbituba, com encerramento previsto para 15/12/2012, e registra o resultado das operações portuárias, conforme normas estabelecidas pelo Poder Concedente previstas no Decreto Federal nº 74.619, de 26 de setembro de 1974, na conta **Resultados a Compensar** no ativo realizável a longo prazo quando apura déficit, ou na mesma conta no passivo não circulante quando apura superávit. Não estão incluídas no resultado da exploração portuária, as **Despesas e Custos a Apropriar**, num montante de R\$ 29.642.355,06, provenientes de diversos litígios nas áreas: fiscal, trabalhista, previdenciária e cível, bem como provisão para complementação de aposentadoria – Deliberação CVM 371 e outras provisões, descrito na Nota Explicativa nº 4, que por normas do Poder Concedente, somente são reconhecidas quando liquidadas financeiramente e ou de decisão final da justiça.

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ realiza anualmente a tomada de contas da exploração da atividade portuária, cujo regime de apuração é o de caixa. As tomadas de contas relativas ao período de 1998 à 2010, feitas pela Junta de Tomada de Contas do Ministério dos Transportes, resultaram em glosas num montante de R\$ 81.798.540,66, que foram reconhecidas no patrimônio da Companhia, mediante constituição de provisão para **Glosas em Litígio**. Na tomada de contas relativa ao exercício de 2010, conforme ata datada de 29/08/2011, foram efetuadas glosas de valores pagos a título de juros e encargos de empréstimos e serviços de consultoria. A junta de tomada de contas entendeu que referidos empréstimos e serviços de consultoria foram utilizados pela Companhia e não pelo Porto e determinou que os mesmos fossem assumidos pela Companhia, que reconheceu referidos valores mediante constituição de provisão (NE nº 17). No exercício de 2011 foram pagos de juros e encargos do referido empréstimo o montante de R\$ 3.631.456,03 e em serviços de consultoria o montante de R\$ 235.361,69, totalizando R\$ 3.866.817,72, que foram reconhecidos no resultado do Porto, que manteve o entendimento deverá ser glosado pela Junta de Tomada de Contas e reconhecidos no resultado da Companhia.

OPINIÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis, essas demonstrações contábeis individuais apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil.

OPINIÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis, essas demonstrações contábeis consolidadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

ÊNFASE

As demonstrações contábeis apresentam índices financeiros adversos de forma contínua, excessiva participação de passivo circulante em comparação com o ativo circulante e prejuízos elevados ocorridos em 2011 (R\$ 14.891.951,80) e em 2010 (R\$ 42.555.523,74) decorrentes principalmente de glosas feitas pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, sendo reconhecidas em 2011 (R\$ 9.070.998,15) e em 2010 (R\$ 39.568.673,53). (**AUMENTO DE CAPITAL I**) Em 08.02.2011, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a aquisição da Zimba Operadora Portuária e Logística S.A., pelo preço de R\$ 162.194.459,00. Em decorrência dessa aquisição o Conselho aprovou o aumento do capital social da Companhia para R\$ 171.238.181,72, que foi submetida e

aprovada na Assembléia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 11 de março de 2011. Essa aquisição foi deliberada em consonância com plano da Companhia de ampliar suas atividades de modo independente à atividade de administração do Porto de Imbituba tendo em vista a previsão de que a concessão da administração do Porto se encerra em 2012 (nota explicativa nº 18). O valor da aquisição foi baseado em Laudo de Avaliação elaborado pelo Banco Fator em 28.01.2011 e corresponde a Ágio por expectativa de rentabilidade futura num montante de R\$ 162.194.459,00 líquidos de tributos, provenientes da participação da empresa adquirida em 50% da TPI - Terminal Privado Imbituba, que é uma Sociedade de Propósito Específico com a finalidade de construção e exploração de um terminal privativo multi-proposito em Imbituba – SC, e de participação de 50% na Criciúma Terminal Intermodal que é um terminal intermodal que oferece serviços de recepção de cargas, armazenagens, separação de lotes, estufagem de containers, transporte ferroviário e outros serviços relacionados a atividade de exportação. (**AUMENTO DE CAPITAL II**) Em 25 de julho de 2011 foi aprovada, por deliberação dos acionistas presentes, com abstenção da acionista CBP – COMPANHIA BRASILEIRA DE PORTOS S.A., (a) a aquisição de 51% (cinquenta e um por cento) das Ações da empresa IEP – IMBITUBA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A., e 100% (cem por cento) das Ações de UNION TRADE S.A., pelo valor total de R\$ 35.865.669,00 (trinta e cinco milhões oitocentos e sessenta e cinco mil e seiscentos e sessenta e nove reais), através da emissão de 18.181.818 (dezoito milhões, cento e oitenta e uma mil, oitocentas e dezoito) ações ordinárias ao preço de emissão de R\$ 1,65 (um real e sessenta e cinco centavos) por ação, fixado de acordo com o artigo 170, § 1º, incisos I, II e III, da LSA, com base no valor do patrimônio líquido da ação (PL de R\$ 87.439.626,41 dividido por 156.962.756 ações, o que resulta em R\$ 0,56 por ação), da perspectiva de rentabilidade da companhia e da cotação histórica das ações em Bolsa de Valores, inclusive o valor utilizado em recentes emissões anteriores, representando R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), e o restante, equivalente a R\$ 5.865.669,00 (cinco milhões, oitocentos e sessenta e cinco mil, seiscentos e sessenta e nove reais) em moeda corrente. As novas ações ordinárias terão os mesmos direitos das ações atualmente existentes e farão jus, em igualdade de condições, a todos os benefícios, inclusive a dividendos e eventuais remunerações de capital que vierem a ser aprovados pela Companhia com base no exercício de 2010. Fica autorizada a Diretoria da Companhia a celebrar todos os instrumentos e a praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações tomadas nesta assembléia, (b) por consequência da emissão das ações deliberada acima, fica aumentado o capital social da Companhia em R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), passando de R\$ 171.238.171,72 (cento e setenta e um milhões, duzentos e trinta e oito mil, cento e setenta e um reais e setenta e dois centavos) para R\$ 201.238.181,72 (duzentos e um milhões, duzentos e trinta e oito mil, cento e oitenta e um reais e setenta e dois centavos), dividido em 175.144.574 (cento e setenta e cinco milhões, cento e quarenta e quatro mil, quinhentos e setenta e quatro) ações, das quais 145.137.632 (cento e quarenta e cinco milhões, cento e trinta e sete mil e seiscentos e trinta e duas) ações ordinárias e 30.006.942 (trinta milhões, seis mil, novecentos e quarenta e duas) ações preferenciais, todas escriturais e sem valor nominal. Conforme acordo de acionistas feito entre as empresas Brasportos SA. X Libra SA., permitindo a transferência de ações da IEP SA. Somente entre empresas controladas, sem a necessidade de fazer o exercício de opção de compra. Assim a Brasportos controladora da CDI transferiu a esta as ações que possuía na IEP SA. (nota explicativa nº 19).

Referidos aumentos de capital são provenientes de combinação de negócios (Notas explicativas nºs. 18 e 19) que geraram ágio por expectativa de resultados futuros, conforme laudos de avaliação emitidos pelo Banco Fator e dependerá de investimentos elevados, que a Companhia terá de buscar no mercado através de capitalização e/ou endividamento (Nota explicativa nº 21). Se houver necessidade de baixa do ágio por expectativa de rentabilidade futura de R\$ 198.060.128,00, em virtude de novas avaliações que deverão ocorrer anualmente, o patrimônio líquido da Companhia se transforma em passivo à descoberto no montante de R\$ 95.514.281,60.

A Concessão para exploração do Porto termina em 15/12/2012 (NE nº 21), as demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios e não incluem quaisquer ajustes em caso de descontinuidade.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Florianópolis (SC), 29 de março de 2012.

VGA & VALÉRIO MATOS AUDITORES INDEPENDENTES

CRC/SC 618/0-2 CVM nº 3689

Wilson Miguel Garcia
Contador CRC/SC 9.744/O-1

Lourival Pereira Amorim
Contador CRC/SC 9.914/O-3

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Cia Docas de Imbituba, em cumprimento as suas atribuições legais e regulamentação vigentes, declaram:

- 1 - Tomaram conhecimento e concordam com o relatório da administração e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.
- 2 - Tendo em vista o resultado negativo relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, não houve proposta de distribuição de dividendos, ou de qualquer outro benefício aos acionistas.

Imbituba, 29 de Março de 2012.

Conselho de Administração – Membros

Nilton Garcia de Araujo
Rowin Gustav Von Reininghaus

Roberto Villa Real Junior
Ernani Catalani Filho

**DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS E PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

A Diretoria da Companhia Docas de Imbituba em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09 declara que:

- 1 - Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.
- 2 - Reviram, discutiram e concordam com a opinião expressa pelos auditores externos, VGA & Valério Matos Auditores Independentes, datado de 29 de Março de 2011, relativo demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

Imbituba, 29 de Março de 2012.

Nilton Garcia de Araujo.
Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Jose Manoel Joaquim
Diretor